



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680146 - TO (2021/0219215-0)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE : BRUNO RECIERE LIMA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de BRUNO RECIERE LIMA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS (HC n. 0003252-03.2021.8.27.2700).

O paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva pelos supostos delitos de tráfico de drogas e associação para o tráfico.

A impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, visto que (fl. 6):

[...], teve sua residência revistada sem a observação das normas legais em flagrante caso de nulidade no procedimento de busca e apreensão. Ademais, a quantidade de drogas localizada em posse do Paciente era inexpressiva, de modo que, a despeito de eventuais ilações sobre a gravidade do crime de tráfico, a manutenção do cárcere provisório de BRUNO não pode subsistir.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para reconhecer a ilegalidade da busca domiciliar e a ausência dos requisitos para decretação da segregação cautelar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se da decisão impugnada:

Com relação aos fundamentos, no caso, verifica-se que a prisão

preventiva está adequadamente motivada em elementos concretos extraídos dos autos, que indicam a necessidade de se resguardar a ordem pública, pois a periculosidade do recorrente está evidenciada no modus operandi do ato criminoso, bem descrito pelos elementos constantes do inquérito policial. 3. Conforme se verifica, o modus operandi do delito traduz na gravidade da conduta perpetrada, pois, supostamente, realizava intensa atividade de tráfico de drogas na região, conforme monitoramento pela Polícia Militar na fase investigativa, antes de sua prisão, em que se averiguou grande movimentação de usuário de drogas naquela residência, com entrada e saída de pessoas, de modo que a segregação cautelar mostra-se necessária à garantia da ordem pública.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente